

MELHORAS PARA O AGRO

Roberto Rodrigues*

As urnas de outubro apontam para um novo estilo de governo em nosso país.

O resultado mais importante, sem dúvida, foi aquele que definiu o novo Presidente da República, o Capitão reformado Jair Bolsonaro, um Deputado Federal de 7 mandatos pelo Rio de Janeiro, sem grande produção legislativa mas com posições conservadoras marcantes. Pertencente a um partido pequeno, o PSL, enfrentou as maiores forças político-partidárias do país (PT, MDB, PSDB, PDT, PP, DEM, etc) sem os recursos financeiros semelhantes aos dos adversários para a campanha e nem tempo no horário gratuito de TV e rádio. Venceu com boa margem graças a uma mobilização sem precedentes e sem coordenação central de importante parcela da população que foi para as ruas para apoiá-lo ou foi para as redes sociais, sem pedir nada em troca: queria apenas mudar, exausta com tanta incompetência, mentiras, demagogia, populismo e corrupção que se acumularam nos últimos anos e que a mídia exibiu à exaustão.

As urnas mostraram este cansaço ao sepultar de vez a narrativa de "golpe" quanto ao impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, quando a deixaram em quarto lugar na disputa pelo Senado em Minas Gerais. Com ela foram excluídos outros Senadores da mesma cor, como Lindberg Farias no Rio de Janeiro, Roberto Requião no Paraná, e outros que não conseguiram voltar ao Senado, como Eduardo Suplicy em São Paulo. Aliás, no Senado houve uma renovação de 85,5% das 54 cadeiras disputadas (dois terços do número total de Senadores) fato inédito. Só 8 Senadores foram reeleitos, e aí ficaram de fora algumas estrelas de primeira grandeza, como Cristóvão Buarque no DF e Romero Juca em Roraima. Isso mostra que os eleitores quiseram mesmo mudar, sem preocupação com o partido ou a ideologia. Mesmo assim, considerando o terço de senadores que continuam, o maior partido representado no Senado ainda é o MDB, com 12 cadeiras, seguido pelo PSDB, com 9, e por PPS e PSD, cada um com 7 cadeiras. O PT e o DEM vêm logo abaixo, com 6 cadeiras cada. Chama a atenção a fragmentação partidária no Senado: são 21 partidos dividindo as 81 posições de Senadores!

Fragmentação esta que ainda é mais notável na Câmara dos Deputados, cuja renovação foi também espetacular, a maior desde 1990, e acima das expectativas dos analistas: 51,1%. São 31 os partidos representados hoje na Câmara, e com importantes mudanças. O PT, que tem 69 Deputados na legislação atual, perdeu 13 posições, mas ainda será a maior bancada da Câmara em 2019, com 56 Deputados Federais. O MDB encolheu 31 cadeiras, o PSDB outras 25 e o PTB perdeu 15. Em compensação, o PSL, partido de Jair Bolsonaro, que teve só um deputado eleito em 2014, passará a ser a segunda bancada, com 52 parlamentares. A terceira maior bancada será do PP, com 37 membros. E o Partido Novo conseguiu eleger 8! Aliás, a grande vitória do NOVO foi em Minas Gerais, onde derrotou fragorosamente os candidatos ao governo do PT e do PSDB e elegeu o novato Zema para Governador.

Algumas curiosidades: dos 513 eleitos para a Câmara, 372 já exerceram mandatos em função pública (Prefeituras, Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas ou mesmo no Congresso Nacional) e 269 cumprirão seu primeiro mandato na Câmara. Destes, 141 se elegeram por causa de relacionamento de parentesco com outros políticos, com lideranças evangélicas, com celebridades ou com linha dura no combate à violência.

A idade média dos eleitos é de 49 anos, e 77 são mulheres.

Parece claro que há uma visão mais conservadora com relação a valores no novo Parlamento, com posição "pró mercado", uma tendência aliada à do futuro Presidente da República e muitos governadores de estados importantes, como São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná, Mato Grosso e Tocantins. Mesmo no Rio de Janeiro haverá um governador conservador.

Tudo leva a crer que com tais características as bancadas informais da Câmara continuarão a ter influência nas decisões mais relevantes, inclusive a bancada do agronegócio.

Na atual composição da Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar da Agropecuária tem 234 membros. Destes, só se reelegeram 91. Dos 128 não reeleitos, 11 não concorreram e 4 foram candidatos a vice-governador em seus estados. Mas o que realmente importa é saber quantos e quais dos membros efetivos da Frente, aqueles que não falham nunca no apoio a medidas de real interesse do agro, conseguiram reeleição. É o "núcleo duro" da Frente, e que são hoje 83. Destes, só se reelegeram 38. Outros 30 não conseguiram e 15 concorreram a outros cargos. Portanto, só se reelegeram 45% dos Deputados do "núcleo duro" da FPA. Isso pode indicar um enfraquecimento da Frente, mas há fatos que contradizem essa aparente anemia: a futura Ministra da Agricultura, Deputada Tereza Cristina, é a Presidente da Frente. O Ministro Chefe da Casa Civil será Onix Lorenzoni, também integrante da Frente. Isso significa grande empoderamento dela. Outros parlamentares reeleitos estavam ocupando cargos de Secretários em seus estados, e voltam fortalecidos, caso, por exemplo, de Arnaldo Jardim, de São Paulo, que foi secretário de agricultura de Alckmin. Alguns, como é o caso do atuante parlamentar Duarte Nogueira, viraram prefeitos municipais de cidades importantes, o que ajudará o trabalho no Congresso. E por último, vale assinalar que muitos dos Deputados novatos têm grande afinidade com o agro, como boa parte dos eleitos pelo PSL, partido do novo Presidente da República.

No Senado aconteceu algo parecido: perdemos Ana Amélia Lemos e Ronaldo Caiado. Mas esse último virou governador de Goiás, influente estado agropecuário. E Ana Amélia será substituída por Luís Carlos Heinze, que trocou a Câmara pelo Senado. E ganhos virão com a não eleição de Senadores de oposição ao agro, já referidos.

Em suma, perdemos alguns nomes da maior importância na FPA, como Adilson Sachetti, Daniel Vilela, Junji Abe, Marcos Montes, Nilson Leitão, Osmar Serraglio, Reinhold Stephanes, Roberto Balestra e Valdir Colatto, entre muitos. Mas outros nomes da FPA ganharam muito mais relevância no seio do Poder, e vários novatos chegam com enorme vontade de acertar.

Tudo isso leva a um certo otimismo da classe rural quanto ao futuro, inclusive pelo compromisso explícito do Presidente eleito com relação a temas caros ao setor, como a segurança e a segurança jurídica no campo, que implica tão somente em fazer cumprir a lei em casos de invasão de propriedades e assaltos a fazendas em todo o país. O próprio Índice da Confiança do Agronegócio melhorou depois das eleições.

Em função disso tudo, há a expectativa de uma nova grande safra agrícola a ser colhida em 2019, apesar dos custos terem aumentado muito, seja em função da alta dos preços de insumos que dependem de importação (fertilizantes e defensivos), seja em função da famigerada tabela de fretes surgida depois da greve dos caminhoneiros. Claro que o tamanho da safra ainda depende de São Pedro e das providências que tomará para regar as roças de forma adequada. Claro também que ninguém espera grandes lucros no ano que vem, por causa dos custos elevados e dos preços ainda incertos, até em função dos desentendimentos entre Estados Unidos e China, mas os produtores rurais cumprem seu papel patriótico de plantar com a melhor tecnologia que garanta sustentabilidade na produção.

Segundo a CONAB, a área plantada com grãos deve crescer entre 0,3 e 2,2% sobre a colhida neste ano. Com isso, a safra de 2019, poderá chegar a 238,5 milhões de toneladas, o que representaria um novo recorde histórico, ligeiramente acima da de 2017. O algodão deverá ter o maior aumento de área (em torno de 20%) seguido do milho (3,5%) e da soja (2,5%).

Os custos variáveis aumentaram bastante para o plantio que da safra de verão, chegando a mais 20% para o milho e para a soja em regiões mais distantes. Por isso, só quem tiver boa produtividade estará protegido quanto à renda.

No caso da cana de açúcar, o excedente global de açúcar e a forte seca do Sudeste provocaram prejuízos para os produtores, e a expectativa está um pouco melhor para 2019 em função da redução da oferta mundial. Mas os custos também subiram, bem como para o café e a laranja, de modo que o resultado será apertado. Mas nada disso assombra o produtor rural. À expectativa de investimentos vigorosos que deverão vir para o Brasil a partir do próximo ano em função da mudança de orientação governamental se soma o otimismo natural de quem faz da atividade rural um verdadeiro ato de fé.

Com tantas novidades, podemos esperar um ano razoável para o agro em 2019.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Titular da Cátedra de Agronegócios da USP**